



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

POLIANE DE OLIVEIRA MARQUES

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO
BRASIL: breves reflexões.**

JOÃO PESSOA

2018

POLIANE DE OLIVEIRA MARQUES

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO
BRASIL: breves reflexões.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Norma Maria Lima

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M357h Marques, Poliane de Oliveira.

História de jovens e adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões. / Poliane de Oliveira Marques. - João Pessoa, 2018.

22 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/De Educação.

1. Educação de Jovens e Adultos. I. Título

UFPB/BC

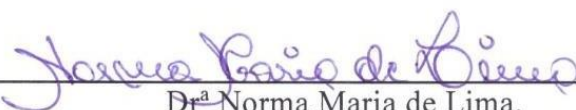
POLIANE DE OLIVEIRA MARQUES

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO
BRASIL: BREVES REFLEXÕES.**


Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC) aprovado como
requisito parcial para obtenção
de Graduação de Licenciatura
em Pedagogia pela
Universidade Federal da
Paraíba.

Data de Aprovação: João Pessoa – PB, 28 de junho de 2018.

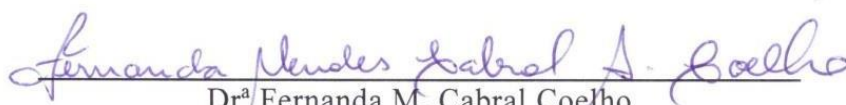
BANCA EXAMINADORA



Dr.^a Norma Maria de Lima.
(Orientadora – Universidade Federal da Paraíba)



Dr. Wilson Aragão
(Membro 1 – Universidade Federal da Paraíba)



Dr.^a Fernanda M. Cabral Coelho
(Membro 2 – Universidade Federal da Paraíba)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus professores das disciplinas sobre a modalidade EJA da UFPB e também a professora Norma Maria, a qual não mediu esforços para me ajudar e a minha amiga Ana Cléia Martins que muito colaborou nas minhas pesquisas me cedendo materiais necessários em minhas pesquisas. À todos, o meu Muito Obrigado!

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil se originou muito mais como produto para o combate da miséria social do que como desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida de grande parte da população brasileira, que acabam por interferir no aproveitamento da escolaridade na época apropriada. (Haddad, 1994).

Começo questionando quem e quantos são os sujeitos educandos com direito a esta modalidade de ensino. O Brasil possui cerca de 14,1 milhões de pessoas não alfabetizadas entre jovens e adultos, o conjunto destes sujeitos refere-se a pessoas moradoras de ocupações urbanas ou rurais, jovens, adultos e idosos, negros, indígenas, entre tantos outros.

A fim de tentar amenizar a situação educacional no Brasil, foram criados alguns programas direcionados a alfabetização e educação de Jovens e Adultos, como é o caso do MOBRAL, DE PÉS NOCHÃO TAMBÉM SE APRENDER A LER, EDUCAR, entre outros.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, Programas educativos, direitos, educação de qualidade.

ABSTRACT

Youth and Adult Education in Brazil has originated more as a product for the fight against social misery than actual development. It's a consequence of the evils of regular public school system and the precarious living conditions of large part of the Brazilian population, which ended up interfering in the achievement of schooling at an appropriate time. (Haddad, 1994).

I begin by questioning who and how many subjects are students with the right to this modality of teaching. Brazil has about 14.1 million illiterate people among young people and adults, and this set of subjects refers to people living in urban or rural areas, young, adults and elderlies, black, indigenous, and many others.

In order to try and soften the educational problem in Brazil, some programs aimed at literacy and youth/adult education have been created, such as MOBREAL, DE PÉS NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER, EDUCAR, among others.

Keywords: Youth and Adult Education, Paulo Freire, Educational Programs, Rights, Quality education

“A data é um convite para que todos, pais alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não penas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

Paulo Freire

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 BREVES REFLEXÕES SOBRE ALGUNS MOMENTOS DA EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO	12
3 METODOLOGIA	18
3.1 Delineamento	
3.2 Procedimento	
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Ao perceber o ontem, o hoje e o amanhã, o ser humano percebe a consequência da sua ação sobre o mundo, nas diferentes épocas históricas, se torna o sujeito da sua história e por isso responsável por ela. Faz hoje o que se tornou possível pelo ontem. Fará amanhã o que está semeando hoje (FREIRE, 2000, p. 67).

O presente trabalho foi elaborado a partir da necessidade de analisar alguns momentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.

Considerando a educação como uma produção cultural individual, e o sujeito “agente de transformação”, como importante integrante/construtor da história, dos valores fundamentais da cidadania e das relações sociais. Por esta razão não podemos nos dar por satisfeito quando dizemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem feito o seu papel. O que importa saber, para distinguir tal passagem, é que a EJA, não foi criada apenas para educar JOVENS e ADULTOS, e sim, para remodelar, reestruturar e corrigir, uma sociedade moldada por muitos séculos. Moldada na forma do esquecimento, da escravidão, da violência, do autoritarismo e interesses políticos variados, atrelados às mudanças do tempo.

No Brasil em nenhum momento da sua história, houve interesse da elite, “Colonial, agrária, latifundiária e industrial”, em construir realmente uma sociedade igualitária aos valores das grandes revoluções como a americana e a francesa, ou seja, na qual as pessoas pudessem desfrutar de maneira semelhante os bens e as oportunidades da vida social. As evidências históricas mostram que a cultura, da sociedade brasileira sempre esteve intimamente ligada, a ideia da distinção e da discriminação entre os grupos sociais.

O processo histórico revelou-se como tendência, marcante a diferenciação e a crescente complexidade da sociedade. É inevitável não afirmar, que a sociedade brasileira se formou pela sua pluralidade, e por isso, quando a EJA foi criada e constituída, teve como principal referência nas suas ações, a conscientização dos brasileiros desprovidos de direitos, deveres e privilégios, possibilitando a estes o acesso à produção cultural, social e econômica.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil se originou muito mais como produto para o combate da miséria social do que como desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida de grande

parte da população brasileira, que acabam por interferir no aproveitamento da escolaridade na época apropriada. (Haddad, 1994).

Destacando que é dever do Estado garantir a universalidade dos direitos do cidadão, superando as desigualdades sociais e incorporando a diversidade, independente de raça, gênero, etnia, orientação sexual, dentre outros eixos discriminatórios que norteiam as políticas afirmativas, que reforçam as políticas universais de combate a discriminação e desigualdade.

Para realizar esse estudo, definimos como objetivo geral: analisar alguns momentos da EJA na educacional brasileiro. O que se justifica quando temos como base o exercito de analfabetos que ainda existe, e o papel da educação como instrumento de reintegração e remodelamento social, desenvolvendo na consciência, um homem como um ser social, cultural e político por natureza. Promovendo a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que essa parte da população construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional e escolarização.

Para conseguir atingir essa meta definimos como objetivos específicos: destacar as dificuldades apresentadas pelos alunos especialmente àqueles que apresentam idades mais avançadas; contribuir com os professores em sua prática docente, para minimizar e orientá-los na solução das dificuldades apresentadas pelos alunos; auxiliar, com base em estudos e análises sobre o grande índice de analfabetos e de alunos pertencentes à modalidade da EJA; buscar através de pesquisa em cultura popular e educação popular, a importância do ideal-força do desenvolvimento nacional, aliada à políticas populistas e a mobilização de massas que levou os governantes a organizar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos que foram dirigidos não apenas aos crescentes contingentes urbanos, mas também à população rural; Ampliar o conhecimento dos Jovens e Adultos, a partir da realidade que vivem; resgatar a história de vida, abrangendo o conhecimento dos dados culturais dos alfabetizando.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, onde apresentamos o estudo introduzido a temática, seus objetivos e a sua estrutura organizativa. O segundo capítulo, fundamentação teórica ressalta reflexões sobre alguns momentos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, O contexto dos marcos legais da Educação de Jovens e Adultos e as Funções da Educação de Jovens e Adultos.

O terceiro capítulo aborda os caminhos metodológicos, Delineamentos e Procedimentos. No quarto capítulo os resultados são analisados contrapondo-os com os teóricos abordados e os documentos legais da Educação de Jovens e Adultos.

O quinto capítulo as considerações finais onde apresentamos os achados nos estudos realizados.

2 BREVES REFLEXÕESSOBRE ALGUNS MOMENTOS DA EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO

O que nos fez refletir desde a mais remota situação colonial, a herança da cultura jesuítica e o lento processo de formação do estado nacional tem se caracterizado como modelos importados e implantados aqui.

Desse modo faremos um breve retrospecto da formação cultural e intelectual do Brasil, procurando salientar o processo de desenvolvimento das ideias educacionais a partir da emergência de situações históricas concretas. O pensamento educacional brasileiro refletiu as relações colônias com a Europa e o desenvolvimento dependente do capitalismo, além da luta e completa formação da consciência nacional.

Durante séculos, ate os dias de hoje premida por diferentes circunstancias, a cultura no Brasil manteve seu perfil ilustrado, de distinção social e dominação. Assim Marx (1972. Pag. 28), cita: A opressão se torna mais opressiva porque o oprimido possui a consciência do que é. E Mais além vai o nosso marxista e pensador Paulo Freire, que ele faz a seguinte referencia,

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela a sociedade tampouco muda”. Freire (1988, p. 33).

Podemos elencar que vivemos um momento de grande despolitização, mesmo assim em sua última obra, Freire (1993) continua afirmando os seres humanos como seres transformadores capazes de adaptaram-se a concretude para melhor operar. Em sua análise as transformações do tempo (revolução tecnológica, aceleração da vida), trazem a necessidade de interagir com o "novo". Nesse propósito faz-se necessário ter um posicionamento crítico de natureza política e ideológica frente às mudanças, e o posicionamento do autor é em favor da construção e aperfeiçoamento da verdadeira

democracia. Neste compasso a sociedade brasileira foi moldada, na subserviência, no autoritarismo, no alto poder concedido a uma minoria, que em contra partida desembarçou o natural desenvolvimento de uma nação. A EJA herda uma herança maldita, de décadas de abandono, assim podemos citar uma passagem que vai a 1934, na qual Ruí Facó diz, mais ou menos depois das eleições, em julho de 1934, morre o padre Cícero Romão Batista. Acorrem a juazeiro milhares e milhares de seus amigos fiéis.

“Registram-se cenas dramáticas de lamentos e imprecações” Dessa pobreza desvalida que, ao passar das décadas, se haviam mantido na mesma situação de miséria extrema; Seus filhos tinham crescido sem escola, sem saúde, subnutridos como seus pais, emigrando como eles de um para outro Estado, de uma para outra região, em ritmo crescente, agora, sobretudo para o sul. (CANGACEIROS E FANÁTICOS, FACÓ RUÍ, pág 203),

Nesse importante lapso temporal, destacamos a história da educação que tem como foco as camadas populares da sociedade brasileira, buscando formalizar a importância das políticas da educação de jovens e adultos a partir do ano de mil novecentos e sessenta e quatro(1964) fim do período democrático, derrubada do Governo de João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como “Jango”, que governou o país de 1961 a 1964. Dando início ao período que apontamos como ditadura militar, que para alguns é considerado o famoso golpe militar e para outros a revolução de sessenta e quatro(64), é dentro desta temporalidade histórica relativamente curta, pois envolve anos de total importância de educação de jovens e adultos, pois foram políticas mais concretas, tendo em vista, o posicionamento político e ideológico, para a sua real existência.

Em seguida faremos uma breve reconstrução da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tarefa complexa. Portanto aqui se encontra uma importante síntese e tem a finalidade de contribuir para a fundamentação dessa modalidade de educação.

Breve trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A partir da década 1960, contexto onde grande parte da população de jovens e adultos não podiam exercer sua cidadania plena por serem analfabetos, sem direito a participar das eleições, numa tentativa de ampliar o direito a educação para toda população visando a transformação que se almeja na sociedade brasileira, que se

busque condições de vida digna para todos, o que exige mudanças profundas da sociedade e da ação do Estado.

Nessa perspectiva temos que ser sujeitos políticos e sociais e o sujeito é aquele que atua, que age, que participa das decisões que o afetam, que luta para determinar quais são os seus direitos e exigir o que for necessário para que possa usufruí-los. A educação popular, mais especificamente a alfabetização, configurou-se como um instrumento de luta política e de valorização da própria cultura do povo. É nesse cenário que surgem movimentos e iniciativas dirigidas para alfabetização de adultos com vistas à transformação da realidade social como o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, Em Natal a Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler, outro Movimento importante da época o Movimento de Educação de Base (MEB/Centros Populares de Cultura(CPC's) que eram ligados à Igreja Católica, a política de educação do governo de Jango que tinha como organizador o educador Paulo Freire através do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA),

Na década de 1960, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). O convite foi feito pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos. "Aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos orientados pela proposta de Freire previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, que alfabetizaria 2 (dois) milhões de pessoas" Eugênio (2004, p. 42-43).

Em 1964 com a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos. Ano de 1967O governo assume o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Ano de 1969, Campanha Massiva de Alfabetização. Década de 70 O MOBREAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, sendo uma forma condensada do antigo curso primário.

Na década de 80com a emergência dos movimentos sociais e início da abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização.Ano de 1985. Desacreditado, o MOBREAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas

do governo, das entidades civis e das empresas. Seguindo a trajetória da EJA, na década de 90 com a extinção da Fundação Educar, criou-se um enorme vácuo na Educação de Jovens e Adultos. Alguns Estados e Municípios assumiram a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos em suas escolas. A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando reformulações pedagógicas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, dedica dois Artigos, no Capítulo II, Seção V, que reafirmam a gratuidade e obrigatoriedade da oferta de educação para todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria. A Lei diz:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

A LDB 9394/96, apesar de dedicar apenas dois artigos à Educação de Jovens e Adultos, ao associar a EJA ao ensino fundamental (Artigos 2, 3 e 4), promove um considerável ganho para esta modalidade de educação.

No ano de 1990, acontece na Tailândia/Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para Todos, onde foram estabelecidas diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos de todos os países signatários da Conferência, dentre eles o Brasil.

Em 1997 realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas). Essa conferência representou um importante marco, na medida em que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade. No ano seguinte, 1998 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, dedica dois artigos (arts. 37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria. Ano de 2000

Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE.

Em Mato Grosso, foi homologada a Resolução nº 180/2000 – CEE/MT, que aprovou o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002.

O contexto dos marcos legais da Educação de Jovens e Adultos

A legislação da EJA (como é conhecida a Educação de Jovens e Adultos) tem como referências os seguintes documentos:

- a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou aos jovens e adulta o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito.
- b) A nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extra escolares entre outra estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.
- c) O Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e

contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Funções da Educação de Jovens e Adultos

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Em Mato Grosso, a Educação de Jovens e Adultos já passou por diferentes propostas de atendimento, nessa perspectiva de reorganização da EJA, o Conselho Estadual de Educação – CEE/MT homologou a Resolução 180/2000, e determinou que a Secretaria de Estado de Educação criasse um programa de orientação às escolas que trabalham ou pretendem trabalhar com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O CEE/MT, com base nas diretrizes nacionais, estimulou a SEDUC/MT a formular um programa próprio de Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, esta Secretaria nomeou uma comissão para elaborar esse programa, através da Portaria 204/00.

Assim, essa comissão desencadeou um processo de seminários regionais, que culminaram em um seminário estadual e na constituição de um Fórum Permanente de

Debates sobre a Educação de Jovens e Adultos. O debate instituído favoreceu a análise e a compreensão de uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos.

O Programa aprovado foi regulamentado pela Resolução 177/02 –CEE- MT.

3 METODOLOGIA

DELINEAMENTO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 43) a pesquisa bibliográfica “é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em formas de livros, revistas, publicações e imprensa escrita”. A pesquisa qualitativa “se caracteriza pela qualificação dos dados coletados, durante a análise do problema”. E a pesquisa descritiva se dedica a descrição dos dados coletados durante a realização do estudo.

PROCEDIMENTO

Para realização desse estudo, foram feitas coletas de dados através de pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, incluindo, 8 (oito) livros e 5 (cinco) artigos em sites de internet. O material pesquisado totalizou cerca 4 (quatro) livros e os documentos oficiais que servem de base para as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que conseguimos constatar foi que todos esse anos de luta pela educação de Jovens e Adultos, claramente observamos a exigência de políticas públicas votadas para essa clientela, porém a aplicação dessas políticas muitas vezes são distorcidas, levando o aluno da EJA a ficarem desmotivados levando-os ao caminho da evasão. Claro que podemos destacar a necessidade mais gritante, que ganha a concorrência que é a necessidade de trabalhar, tirar seu sustento e da sua família, chegando esgotado na aula, quando aparece.

O desestímulo também com os conteúdos que não são apropriados a sua realidade escolar e a postura tradicional do professor, no que diz respeito à relação pessoal, são os principais responsáveis pelas estatísticas dessa evasão. Com isso, as dificuldades encontradas são muitas e acabam por provocar um alto índice de evasão, e o desenvolvimento desses sujeitos ficam aquém das suas expectativas e da proposta da EJA.

Em um enorme descompasso entre o marco, podemos afirmar que conquistamos importantes normativas que regulamentam a execução da política. Porém, por outro lado, não foi efetivada na prática. Em síntese, os avanços legais não corresponderam efetivamente a conquistas na consolidação da política de EJA.

Dentre os desafios qualitativos, ainda se mostra atual a necessidade de superação da lógica compensatória e assistencialista incorporada historicamente à EJA, que conduza a uma oferta digna e de qualidade para seus sujeitos, inclusive nos aspectos relacionados à infraestrutura.

A EJA não pode continuar sendo desenvolvida por ações pontuais ou por meros projetos de governo, mas necessita ser reconhecida como política estratégica para o desenvolvimento humano, social e político regional. Compreendendo que a diversidade deve ser entendida como uma construção histórica, cultural, social e econômica das diferenças, analisando os documentos finais da Conferência Nacional de Educação Básica - CONEB (2008) e da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010 e 2014), emergem reflexões importantes que ajudam a pensar sobre as atuais discussões na área de EJA.

Os documentos chamam a atenção para o consenso na educação brasileira acerca da necessidade da inclusão, sobretudo quando se observa o caráter excludente da sociedade e suas repercussões na garantia dos direitos sociais e humanos. Porém, para

compreender, agir e garantir o reconhecimento e o atendimento à diversidade da EJA, são necessários posicionamentos, práticas políticas e o entendimento da relação entre inclusão, exclusão e diversidade, articulados a uma visão ampla de educação e desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu espalhar um olhar mais crítico para esta modalidade tão frágil, tão sensível e que ainda possui muito a ser conquistado e consolidado. O texto procurou discutir as conquistas que tivemos por meios de projetos educativos, como também o que não saiu do papel.

Acreditamos que foi possível ver que essa modalidade existente no Brasil, venceu vários desafios, porém há muito ainda o que se fazer e pelo que lutar. Não pretendemos aqui, nessas poucas páginas fazê-los acreditar que podemos erradicar o analfabetismo no Brasil e que a EJA pode ser tornar uma modalidade de superação da lógica compensatória e assistencialista, que conduza a uma oferta digna e de qualidade para seus sujeitos, inclusive nos aspectos relacionados à infraestrutura.

É fundamental que a política de inclusão que contemple as diferenças supere o aspecto social, visto que se trata de uma noção mais ampla e politizada de inclusão, que tem como eixo o direito ao trato democrático e público da diversidade em contextos marcados pela desigualdade e exclusão social. Nesta perspectiva, as políticas educacionais devem se estruturar de forma a contribuir na discussão da relação entre formação, diversidade, inclusão e qualidade social da Educação Básica. Portanto, é fundamental problematizar questões, como a contextualização curricular e formação profissional a partir da diversidade regional. Ao pensar em políticas públicas que concorram para a inclusão, tem que garantir que tais políticas reconheçam o direito à diversidade, sem opor-se à luta pela superação das desigualdades sociais; que se tenha clareza sobre a concepção de educação que proporcione a inclusão de todos no processo educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000b.

Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1 de 2000a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

_____. Conferências Nacionais de Educação: construindo o sistema nacional articulado de educação – o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação (Documento final). Brasília, DF: MEC, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Pedagogia da autonomia. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. **Dos guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VIEIRA SILVA, Marina e Rúbia Alves Marques. **LDB Balanço e Perspectivas para a educação brasileira.** Editora Alínea, 2008.